

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI:  
Mudanças, impactos e perspectivas

GT 18 - Psicología Social Del Trabajo En América Latina: Identidades y procesos de subjetivación, salud de los trabajadores, prácticas y producción de sentidos en lo cotidiano.

**Percepção dos Sindicatos acerca do cenário atual do Porto do Mucuri**

Taise Araújo Lopes<sup>1</sup>

Marselle Fernandes Fontenelle<sup>2</sup>

Rosemary Cavalcante Gonçalves<sup>2</sup>

Regina Heloisa Maciel<sup>3</sup>

**RESUMO**

A reestruturação produtiva decorrente da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/90) acarretou mudanças significativas na organização do trabalho dos Portos Brasileiros. No caso do porto do Mucuri (Porto de Fortaleza), em especial, as transformações foram bastante intensas já que este é um porto antigo e possuía uma organização própria sendo regido pelo poder dos sindicatos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as percepções dos sindicalistas sobre essas mudanças e as suas influências na saúde do trabalhador e na organização dos Sindicatos frente à essa nova realidade. Foram realizadas entrevistas com sindicalistas de três sindicatos ligados ao Porto. As entrevistas revelaram que

Palavras-chave: Trabalhador portuário, reestruturação produtiva, sindicatos.

(1) Graduanda em Psicologia, Universidade de Fortaleza

(2) Mestre em Psicologia, Universidade de Fortaleza

(3) Doutora em Psicologia, Universidade de Fortaleza

## **Introdução**

O porto do Mucuripe, construído na década de 50, passou por intensas transformações devido ao movimento de modernização portuária brasileira, gerado a partir da Lei 8.630/93, conhecida como Lei de Modernização dos Portos. Essa Lei foi instaurada frente ao aumento no volume de exportação/importação gerado pela abertura comercial da economia brasileira e quebra das barreiras alfandegárias na década de 90 e, também, pelos avanços tecnológicos que modificaram as cargas, o volume e a sofisticação tecnológica dos navios, cabendo aos portos brasileiros se reestruturarem para acompanhar essas transformações advindas da constante globalização das relações comerciais. Assim, a Lei teve como objetivo reduzir os custos de mão de obra, através da reorganização do trabalho e da inserção de tecnologia portuária.

A reestruturação produtiva imposta pela Lei 8.630/93 promoveu grandes metamorfoses na organização e controle do trabalho portuário, afetando diretamente as condições de trabalho daqueles que vivem da atividade portuária. Tal modernização modificou a maneira de realizar e organizar o trabalho e veio acompanhada de um extenso processo de privatizações e de investimentos em novas tecnologias portuárias.

Nesse novo cenário, as relações de trabalho e sua organização foram reestruturadas, levando a implicações para o trabalhador. Dentre as implicações diretas podemos citar a criação do OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra, que passou a ser responsável pelos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA's), mediando questões como a negociação da remuneração com os armadores, o pagamento do salário, a jornada de trabalho, o rodízio de trabalhadores, a saúde e segurança do trabalho, cursos e treinamentos para capacitação e segurança dos trabalhadores, a introdução de trabalhadores multifuncionais entre outras.

A criação do OGMO e as referidas mudanças na estrutura do porto acarretaram também mudanças indiretas, tais como o aumento dos acidentes de trabalho e a influência na saúde dos trabalhadores, o aumento de exigências quanto à produtividade e a diminuição do poder dos sindicatos. De certo modo, a modernização portuária tem significado para os trabalhadores a perda da autonomia diante do seu fazer, resultado da diminuição da força dos sindicatos e consequentemente da capacidade de gerirem a potencialidade produtiva e os interesses da categoria.

O objetivo deste trabalho é analisar as percepções de representantes dos trabalhadores portuários sobre as mudanças ocorridas no Porto do Mucuripe a partir da Lei de Modernização dos Portos e suas implicações para os trabalhadores.

### **Método**

Foram realizadas entrevistas abertas, de caráter exploratório, com representantes de sindicatos de trabalhadores portuários avulsos, com a finalidade de compreender a atuação e a funcionalidade dos sindicatos na atual organização do porto do Mucuripe e como eles se articulam frente às mudanças do contexto atual. Os sindicatos entrevistados e analisados foram três: Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Arrumadores e Sindicato dos Trabalhadores Portuários. As entrevistas foram realizadas nas dependências dos sindicatos com a gravação das falas dos representantes e a transcrição dos áudios. A análise do material coletado nas entrevistas baseou-se na técnica de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979).

### **Resultados**

Foram identificadas quatro categorias centrais nas entrevistas com os representantes dos Sindicatos, sendo elas: (1) Consequências da lei dos portos, (2) Cenário atual da situação de trabalho, (3) Saúde e segurança do trabalho, (4) Função do sindicato e relações sindicais.

#### *Consequências da lei dos portos*

A percepção dos sindicatos sobre as mudanças impostas pela lei ora são vistas de forma positiva, ora de forma negativa. No entanto, os sindicalistas têm a compreensão de que a lei estabeleceu parâmetros de equidade e justiça nas relações de trabalho, pois uma série de benefícios e garantias foi instituída. Como afirma um representante: “Eles pagam o INSS, a diferença deles é porque eles não tem carteira assinada, mas eles trabalham, tem descontos na folha de pagamento, INSS, eles tem direito ao décimo, eles tem direito a férias e só não tem a carteira assinada” (Entrevistado 1). Outro entrevistado considera que com a lei: “muitas coisas se ajustaram... problemas de fundo de garantia, décimo, essas coisas, muita coisa foi ajustada pela Lei” (Entrevistado 2).

Na questão sobre o salário relatam que houve perda salarial, entretanto este fato é melhor avaliado quando levam em consideração os ganhos relacionados às garantias trabalhistas.

Antes da Lei, o pagamento dos trabalhadores era negociado entre os sindicatos e os armadores, atualmente essa transação é realizada pelo OGMO.

Costa (2003) acredita que, no caso dos portos, a reestruturação produtiva teve aspectos positivos, uma vez que proporcionou aos trabalhadores uma condição menos submissa às imposições dos sindicatos e relações de interesse, como ocorria no contexto anterior, quando as relações envolviam questões pessoais entre os trabalhadores e os sindicatos.

Segundo os entrevistados, antigamente, o critério de admissão dos trabalhadores eram as relações familiares e de amizade. Atualmente, o critério de admissão é por concurso público e a negociação de admissão de novos trabalhadores depende da Convenção Coletiva de Trabalho. Uma das consequências da lei foi a formação de duas categorias de trabalhadores no porto, os registrados e os cadastrados: o trabalhador registrado possui preferência sobre o cadastrado na obtenção de trabalho.

#### *Cenário atual da situação de trabalho*

No caso do Ceará devido à abertura de um novo porto (Porto do Pecém), há escassez de trabalho no Porto de Fortaleza e os representantes entrevistados atribuem à instalação do Porto do Pecém a perda salarial da qual são vítimas.

O número de trabalhadores portuários avulsos está constantemente diminuindo com a saída dos trabalhadores, quer por aposentadoria, quer por afastamentos devido a doenças e acidentes de trabalho. Contudo, desde a instituição da Lei nenhum concurso para admissão de novos trabalhadores foi realizado. Como não se detecta aumento de oferta de trabalho, deduz-se que houve diminuição na quantidade de navios aportados e, por conseguinte, de trabalho ofertado.

*Eu não sei o que será feito daqui a cinco anos, o que será feito desse Sindicato. Só esse ano eu já bati dez aposentadorias, de janeiro pra cá, tô só esperando vir alguma coisa do INSS para eles... vai descontando nosso quadro... aí como é que vai ficar?*  
(Entrevistado 3)

#### *Saúde e segurança do trabalho*

A saúde e segurança dos trabalhadores, depois da lei, passaram a ser responsabilidade do OGMO. De forma geral, os sindicatos percebem positivamente o papel do OGMO. Nos relatos os entrevistados falam de redução dos acidentes de trabalho com as ações de SST desenvolvidas pelo OGMO e, em parte, pela tecnologia dos equipamentos, entretanto reconhecem que o índice de acidentes no Porto do Mucuripe ainda é alto. Por outro lado, culpabilizam os trabalhadores pelos acidentes.

### *Função dos sindicatos*

Os Sindicatos possuem, atualmente, uma função de cunho mais social do que político. As funções apresentadas pelos entrevistados foram: defender os trabalhadores do porto, orientar os trabalhadores dependentes de drogas, assistir aos aposentados, oferecer assistência à saúde, promover atividades esportivas e manter ponto de apoio para os trabalhadores ficarem enquanto aguardam o serviço. Segundo os entrevistados, a criação do OGMO resultou na redução das atividades e da força sindical.

Os entrevistados relataram ainda que cada sindicato atua separadamente e que cada um possui organização diferente. Comentaram que não possuem poder sobre as decisões já que é o OGMO quem define as negociações, visando os interesses políticos do governo ao invés de melhores condições de trabalho para os trabalhadores portuários.

### **Considerações Finais**

Os trabalhadores do Porto do Mucuripe passam por ameaças constantes devido à redução das atividades do Porto, consequência da instalação do Porto do Pecém, este último uma das consequências da Lei de Modernização dos Portos.

No entanto, de acordo com os entrevistados, a Lei trouxe alguns benefícios, pois organizou e regularizou as relações de trabalho, com ganhos para o trabalhador, que passou a ter seus direitos trabalhistas assegurados. Por outro lado, os sindicatos perderam poder. A perda de poder se reflete na incapacidade de cumprir sua função de representação, arrefecendo sua capacidade de negociação e reivindicação.

Os sindicatos atualmente limitam sua atuação ao desenvolvimento de ações assistencialistas. Por fim, a perda de poder de negociação é agravada pela divisão dos trabalhadores portuários em seus respectivos sindicatos que não buscam articulação. A evidente fragilidade sindical – redução de greves e dessindicalização - reflete a dominação da ideologia do capital no contexto portuário.

### **Referências**

Brasil. (1993). *Lei no 8630, de 25 de fevereiro de 1993*. Diário Oficial da União, DF, PP.2351.

Costa, M. S. (2003). Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização de relações de trabalho no Brasil. *RAE-eletrônica*, 2(2). Internet: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1527&Secao=RECURSOS&Volume=2&Numero=2&Ano=200>.